

**O MOVIMENTO CINECLUBISTA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Luiz Araújo Ramos Neto  
Mestrando/PPGH da Universidade Federal da Paraíba  
[luizaraujoramosneto@gmail.com](mailto:luizaraujoramosneto@gmail.com)

O presente trabalho objetivou empreender um exercício de revisão bibliográfica acerca do movimento cineclubista na cidade de João Pessoa, referente ao intervalo de tempo entre os anos de 1936 e 1964. Nesta temporalidade, a atuação de grupos pertencentes à Igreja Católica, empenhados no intuito de moralizar as práticas de expectação cinematográfica, ensejou um posicionamento papal a partir da encíclica *Vigilanti Cura* de 1936, em que foi incentivada a criação de cineclubes nas paróquias e organizações pastorais. Tais recomendações realizadas pelo Vaticano materializaram-se, na capital paraibana, através de um projeto desenvolvido pela arquidiocese do estado, que teria sua edificação máxima em 1953, com a fundação do Cineclubes João Pessoa, marco inicial para um movimento que iria estabelecer novas práticas para se pensar o cinema na Paraíba.

Partindo da compreensão da importância do movimento cineclubista para o entendimento de inúmeros fatores relacionados ao binômio cinema/sociedade, tendo em vista as afirmações de autores como Willis Leal (2007) e José Marino (1998), que ressaltaram a importância de tal movimento para a formação de uma cultura cinematográfica no Estado da Paraíba, através da atuação de seus membros pertencentes aos cineclubes da época na formação de uma crítica especializada e na realização cinematográfica ao longo das décadas posteriores; duas preocupações orientaram os esforços aqui produzidos.

A primeira preocupação, consistiu na atuação da Igreja Católica na Paraíba que, ao buscar moralizar o acesso dos fiéis ao cinema, se tornou responsável pela criação do primeiro cineclubes da capital em 1953. No entanto, tal atuação verifica-se antes da fundação do Cineclubes João Pessoa, podendo ser percebida através de sua presença constante no impresso oficial da Arquidiocese (o jornal *A Imprensa*) desde janeiro de 1937 (LEAL, 2007, p. 122). Desta forma, buscando uma melhor compreensão da importância da Igreja Católica para a formação do movimento cineclubista na cidade de João Pessoa, iniciamos nossa investigação bibliográfica a partir do ano de publicação da

encíclica *Vigilanti Cura*, comunicação papal oficial que, em seu texto, estimulou a gênese do movimento cineclubista no Brasil.

Nossa segunda preocupação, por sua vez, reside no entendimento de que a instauração do Golpe Civil-Militar em 1964, significou, com as várias mudanças ocorridas no tocante às organizações culturais, na finalização de um período inicial em relação à atuação do movimento cineclubista na cidade de João Pessoa, configurando uma ruptura em relação ao desenvolvimento vivenciado pelo mesmo até então. Assim, estabelecemos o limite de nossa investigação no ano de 1964 por entender que os anos subsequentes categorizaram uma nova etapa na história de tal movimento.

Assim, optamos por organizar o presente trabalho em três etapas, iniciando a partir da apresentação das obras e dos trabalhos acadêmicos revisados. A segunda parte ocupa-se em realizar uma breve recapitulação da história do cinema paraibano, partindo da chegada do mesmo no estado até a década de 1930. Por fim, na terceira parte encontra-se a revisão bibliográfica realizada em relação ao movimento cineclubista na cidade de João Pessoa entre os anos de 1936 e 1964.

Em relação ao processo de seleção bibliográfica, os esforços foram orientados a partir de duas preocupações básicas. Primeiramente, partindo do projeto da Igreja Católica para a moralização do cinema que, após a publicação de encíclica *Vigilanti Cura* de 1936, foi responsável, junto a organizações vinculadas ao vaticano, pela fundação de inúmeros cineclubes de orientação confessional ao longo do território nacional, configurando o pontapé inicial para o que viria a ser chamado de “movimento cineclubista brasileiro”. Nesse âmbito, a cidade de João Pessoa vivenciou uma importante atuação por parte da diocese local, que foi responsável, a partir da fundação do Cineclube João Pessoa, por iniciar um processo ancorado na formação de espaços de discussão cinematográfica ao longo das décadas de 1950 e 1960.

Desta forma, na escolha de trabalhos que discutiram o projeto desenvolvido pela Igreja Católica na primeira metade do século XX, selecionamos a tese de doutorado de Cláudio Aguiar de Almeida (2002), intitulada “Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária: 1907/1937” na qual, o autor estuda a atuação de grupos católicos ligados à Ordem dos Franciscanos que se utilizaram da imprensa, do cinema e de outros meios de comunicação de massa como agentes de transformação das

consciências do povo brasileiro. Também utilizamos o artigo escrito por Geovano Moreira Chaves (2012), “O cinema além do filme: o projeto da Igreja Católica brasileira para a formação de educadores cinematográficos via Cineclube Belo Horizonte”, para compreender melhor os métodos utilizados pelo Vaticano e por grupos católicos no projeto de moralização do cinema.

Também se mostrou indispensável para o processo de revisão, a obra de Inimá Simões (2004), “Roteiro da Intolerância: A censura cinematográfica no Brasil” que, ao se debruçar sobre os processos de formação e desenvolvimento da censura cinematográfica no território nacional, estabelece a Influência exercida pela Igreja.

A segunda preocupação na seleção do corpo bibliográfico da presente revisão, consistiu no surgimento, formação e amadurecimento do movimento cineclubista na capital paraibana, partindo da fundação do Cineclube João Pessoa em 1953 até a pluralização de espaços de discussão cinematográfica entre a segunda metade da década de 1950 e os primeiros anos da década de 1960. Neste âmbito, a ausência de publicações referentes à história do cinema paraibano e o desinteresse do mercado editorial local de reverter tal situação se mostraram os principais desafios impostos à realização do trabalho, ao passo que as palavras de Alex Santos escritas em 1982 ainda permanecem atuais:

A literatura sobre o cinema na Paraíba, se ainda hoje se apresenta de forma acanhada, reconhecidamente limitada, embora de quando em vez tenha os seus laivos bastante incisivos, vindo de certa forma contribuir para uma informação básica, necessariamente influente, isso se deve ao reflexo que outras publicações do mesmo porte conseguem deixar através dos anos. Especialmente, a partir de escritos não tão bem divulgados e difundidos como deviam, mas ainda, no sentido das especificidades que a matéria sempre está a exigir. Daí por que, a nosso ver, torna-se urgente e quase vital uma reflexão em cima da importância da informação cinematográfica, mormente nas escolas de ensino básico, em vez que, nas Universidades já se tem notícia sobre o assunto, embora de maneira quase limitada (SANTOS, 1982, p.49).

Dessa forma, observa-se a inexistência de trabalhos que tratem de maneira específica do movimento cineclubista paraibano. No entanto, publicações de caráter panorâmico, como “Cinema na Paraíba/Cinema da Paraíba” de Willis Leal (2007), “Cinema e Revisionismo” de Alex Santos (1982) e “Dos homens e das pedras: o ciclo de cinema documentário paraibano (1959-1979)” de José Marinho (1998) serviram de base para nossa análise bibliográfica à atuação do cineclubismo na capital paraibana.

## **PARAHYBA: CINEMA E IGREJA CATÓLICA**

O cinema é criado nas décadas finais do século XIX, como o produto final de um processo de inovações tecno-científicas iniciadas no século XVII, que empreenderam esforços de inúmeros artistas e cientistas em torno da reprodução técnica da realidade, incorporando em seus resultados, o conceito de imagem em movimento surgido ao longo do oitocentos (COSTA, 2012, p.18). O caráter itinerante da exibição cinematográfica nos primeiros anos, foi fundamental para a sua proliferação ao redor do mundo, inclusive no Brasil, que teve sua primeira exibição em 08 de julho de 1896, no Rio de Janeiro (LEAL, 2007, p. 29).

Em agosto de 1897, pouco mais de um ano após sua introdução na então capital do Brasil, o cinema chega à cidade da Parahyba (futura João Pessoa), sendo importado da França para complementar as atrações da festa de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade, conforma afirma Adeílma Carneiro Bastos (2009, p. 25):

Tais experiências localizam-se no campo da exibição de filmes. O primeiro aparelho de exibição do qual se tem notícias no estado, veio da França. 6 O cinematógrafo foi instalado na Rua Nova, nº 2 e funcionava como um complemento às atrações da festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora das Neves, ou, como é popularmente conhecida, Festa das Neves.

Tal exibição, teve como figura central, Nicolau Maria Parente, pioneiro em exibições cinematográficas no estado, sendo o responsável por importar e trazer o cinematógrafo para a capital paraibana, o que torna evidente, seguindo o padrão ocorrido em demais regiões, a importância da presença estrangeira (no caso, italiana) em tal período inicial do cinema no Brasil, conforme afirma Leite (2005, p. 21):

Assim pelo menos no início, a introdução do cinema no país coube, segundo os historiadores, aos imigrantes italianos, que trouxeram certa experiência da Europa para realização de tarefas tão avançadas para os habitantes de um país que recentemente abolira o trabalho escravo. Porém, alguns anos mais tarde, os brasileiros, principalmente os oriundos da profissão recente de fotógrafo, aprenderam manejar a sofisticada e revolucionária câmara cinematográfica e enveredaram para o instigante e criativo mundo do cinema.

O intervalo de tempo entre os anos 1900 e 1940, se fez marcado pela profissionalização e consolidação do mercado de salas de exibição, ancoradas no surgimento de vários avanços tecnológicos acerca da exibição cinematográfica. Em meio a tal processo das primeiras décadas do século XX, se observa a fundação de vários dos locais destinados a tal finalidade na capital, onde podemos destacar a

importância do histórico teatro Santa Roza, que passou a exibir filmes entre os anos de 1911 e 1941, segundo relata Bastos (2009, p. 27-28):

O cine-teatro Santa Roza funcionou de forma sistemática de 1911 até 1913, entretanto, a partir de 1913, foi obscurecido, voltando a exibir filmes só em 1914 [...] funcionando até 1917, quando o teatro foi fechado para a primeira reforma do edifício, desde sua inauguração em 1889. Contudo, o retorno da sala de exibição do cine-teatro Santa Roza, em setembro do mesmo ano, já não causou tanto impacto, no sentido de continuar a arrebatar frequentadores (...) essa perda de prestígio aprofundou-se ainda mais e, durante a década de 1920, a programação deste cine-teatro foi preenchida apenas com concertos e recitais. Porém, a partir de 1931, o teatro ressurgiu como cinema, inclusive, sendo responsável pela primeira exibição do cinema falado na Paraíba, com o filme *O tenente sedutor* (Ernst Lubitsch, 1931). Mesmo assim, parece que já havia se passado o período do cine-teatro Santa Roza. Sua última exibição oficial, datada de 21 de dezembro de 1941.

Tais décadas também protagonizaram as primeiras produções realizadas em território paraibano, das quais destaca-se o trabalho do cineasta pioneiro Walfredo Rodrigues, considerado o fundador do cinema paraibano no âmbito da produção, que teve importante contribuição no gênero do documentário com as obras: *Carnaval de 1923*, *no Recife (1923)*, *Sob o céu nordestino (1928)* e *Reminiscências de 30 (1931)*.

É importante ressaltar que o processo supracitado, situa-se em um contexto de crescimento e urbanização ocorridos ao longo das décadas de 1920 e 1930 na capital paraibana, onde também começam os primeiros diálogos com o cinema, através do surgimento de matérias, colunas e editoriais de conteúdo exclusivo para o audiovisual (LEAL, 2007, p.116-117). O que se pode chamar de primórdios de uma crítica especializada, figuravam entre os periódicos que circulavam na capital, sobretudo na revista “Era Nova” que, buscando dialogar com o cinema, criou, a partir de sua quarta edição (em 1921), sessões destinadas à discussão cinematográfica, como “*Echos da Arte*” e “*Telas Parahibanas*”. Os textos publicados demonstravam preocupações acerca da distribuição de filmes na Paraíba, da qualidade das películas e do estado dos locais de exibição, sendo a higiene dos mesmos sempre problematizada por tais jornalistas (LEAL, 2007, p. 118–119).

Tal processo de desenvolvimento e profissionalização do cinema ocorrido nas primeiras décadas do século XX não passou despercebido por setores influentes da Igreja Católica, que desde as primeiras exibições cinematográficas, já demonstrava interesse nas possibilidades oferecidas pelo audiovisual para a propagação da fé cristã, ao mantê-la dentro dos desígnios morais defendidos pelo catolicismo (CHAVES 2012,

p. 02).<sup>1</sup>Contudo, conforme ressalta Claudio Aguiar Almeida (2002), a consolidação de uma vocação comercial inerente ao audiovisual ocasionou uma diversificação de “gêneros que iam das Paixões de Cristo à pornografia, passando por documentários de viagens, aventuras e “filmes de truque”, que incluíam, entre outros personagens, o próprio demônio”; fato que levou os católicos a organizarem sua preocupação com o cinema em torno de organizações voltadas para tentar mantê-lo dentro dos desígnios morais defendidos.

A atuação de tais organizações, como a americana *Legion of Decency*, ofereceu as bases para um posicionamento oficial do Vaticano em relação ao cinema, através do lançamento, em junho de 1936, da encíclica *Vigilanti Cura*, assinada pelo Papa Pio XI. A bula papal, ao reconhecer o papel exercido pelo audiovisual na formação de consciências, estabeleceu diretrizes para a ação dos católicos, afirmando a necessidade do estabelecimento de uma classificação moral para os filmes e da criação de cineclubes nas paróquias e nas associações católicas (CHAVES 2012, p. 04-05).

No Brasil, conforme afirma o Padre Guido Logger (1959), a ideia de uma classificação moral dos filmes já funcionava desde 1932, sendo realizada na capital federal. A partir de 1938, em resposta ao previsto pelo documento oficial da Igreja Católica, tal serviço foi oficializado pelo Cardeal Dom Sebastião Leme, conforme as diretrizes da encíclica *Vigilant Cura*, tomando o nome de Secretariado Nacional de Cinema da Ação Católica Brasileira (CHAVES, 2012, p. 07).

Na Paraíba, as discussões acerca de tal iniciativa proposta pela bula papal tinham no jornal “A Imprensa Cathólica”, de propriedade da Arquidiocese<sup>2</sup>, um ponto de convergência, visto que, a partir de 1937, o periódico passou a incluir uma coluna destinada para os assuntos de cinema, teatro e rádio, respondendo às orientações do

---

<sup>1</sup> Segundo Inimá Simões (1999), a primeira manifestação de censura cinematográfica ocorrida no Brasil foi realizada 1908 na cidade de São Paulo, no teatrino do Grêmio São Paulo, mantido pela Igreja Católica. Neste local, trechos de fitas impróprias eram editadas para não serem vistos pelo público. Para mais informações, ver: SIMÕES, Inimá. **Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil.** São Paulo: SENAC, 1999, p. 21.

<sup>2</sup> Criado em 1937 na então Província da Paraíba, o jornal “A Imprensa Cathólica”, o “foi um ato de promover a Igreja através de seus escritos, assim como disseminar entre seus leitores as bases de uma conduta moral, social e religiosa. Foi ainda, uma das estratégias de ação para a romanização, além de ser porta-voz dos interesses confessionais católicos. Era um jornal a serviço da Igreja e em defesa da “verdade” pautada na religião católica” (SOUSA JR, 2015, p. 01).

Vaticano (LEAL, 2007, p. 122). Em tal coluna eram comumente apontados problemas referentes à censura oficial do estado, à necessidade de moralização para o audiovisual e a ausência de um posicionamento moral por parte da crítica existente, como podemos observar no seguinte trecho:

pode-se dizer que a crítica é frequentemente parcial. E na dupla acepção do vocábulo. Parcial porque tem manifesta parcialidade, antipatia inegável aos filmes de fundo cristão, honesto, moralizador. (...) é parcial ainda porque só atingem uma parte do complexo problema: o artístico, o da originalidade, o da beleza plástica. Mas olvidam os verdadeiros valores humanos, que são os sociais, os filosóficos e os do espírito (A Imprensa, 06 de outubro de 1937).

### **O NASCIMENTO DO CINECLUBISMO EM JOÃO PESSOA**

A partir da segunda metade da década de 1940, as Dioceses paraibanas passam a agir de maneira mais ativa no intuito de influenciar as escolhas do público fiel em relação ao audiovisual, através da fundação de “clubes de cinemas” e da construção de espaços de exibição, agindo juntamente ao Centro Dom Vital e à grupos oriundos da Ação Católica Brasileira, como a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Em João Pessoa, a Igreja, pela atuação no seu periódico, já possuía uma estrutura mais forte e culturalmente preparada para lidar com o cinema, adotando uma abordagem sistemática através da fundação do Cineclube João Pessoa, a construção do “Cine Santo Antônio” e com o controle da programação do “Cine São José” (LEAL, 2007 p. 123).

A diretriz papal de se estabelecer uma cotação moral para os filmes exibidos já vinha sendo observada nas publicações do jornal “A Imprensa”, no entanto, a Igreja paraibana passou a lançar a partir de 1954, sob a iniciativa da JUC, um documento divulgado regularmente nas rádios, jornais e nas celebrações oficiais da mesma intitulado “Qual é meu filme da semana? ”, no qual eram reproduzidos os chamados “boletins de cotação moral” realizados pela Ação Católica Brasileira. Tal documento possuía uma classificação indicativa, que levava em consideração a idade do expectador em relação à ao conteúdo, tendo sempre em vista os desígnios morais. Desta forma, as cotações partiam de filmes indicados “para todos” até os chamados “filmes condenados” (LEAL, 2007, p.123-124).

A fundação do Cineclube João Pessoa, configura uma continuidade das atividades de tais grupos, passando a configurar como a edificação máxima de um

projeto que se centrava na divulgação e nos estudos cinematográficos sob a moral cristã. Tal processo, aliado à chegada de padres vindos da Europa (como o padre Antônio Fragoso), que trouxeram para a capital paraibana uma série de livros e impressos sobre cinema, fomentou o surgimento de um grupo de jovens, ligados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) que, interessados em cinema, fundariam em 1953, o primeiro cineclube da capital (LEAL, 2007, p.125).

Tanto o caráter confessional da iniciativa, quanto as recomendações presentes na bula papal de 1936, demarcaram a ênfase das atividades dos cineclubistas na exibição de filmes de cunho humanista e na busca de valores positivos para a vida em sociedade<sup>3</sup>. Havia uma relação com o Cineclube do Recife, também de orientação católica, do qual precediam os filmes exibidos e discutidos. (LEAL, 2007, p.126).

De acordo com a bibliografia analisada, podemos atestar que o cineclube funcionou em três locais distintos: começando suas atividades em 1953 na Rádio Tabajara, passando em 1954 a ter como local de suas reuniões a então sede da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba (localizada na rua das trincheiras), até estabelecer-se em 1955 na sede da União Nacional dos Estudantes (localizada na época, na rua Duque de Caxias).

Também encontramos referências a um estatuto firmado pela organização em 1954, que concedia a seus sócios, através de uma contribuição mensal de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros), o direito à oito entradas em quatro sessões, e o de escolher, através de eleição, o conselho técnico e todos os membros da diretoria (à exceção do presidente, que seria indicado pela JUC). Tal organização possibilitou ao cineclube à publicação da primeira revista dedicada exclusivamente ao cinema em território paraibano, a revista “Filmagem”, que, apesar de ter tido apenas uma edição, foi bem recebida em toda a comunidade de cineclubes que se formava na década. (LEAL, 2007, p.126-128).

Desta forma, pode-se atestar que o Cineclube João Pessoa viria a se tornar um importante catalizador de discussões acerca do audiovisual na Paraíba, chegando a possuir, dentre seus membros egressos, nomes importantes para o cinema paraibano

---

<sup>3</sup> Respeitando tais diretrizes, foram escolhidos pelo grupo filmes como “A Pérola”, “A Felicidade Bate à sua Porta”, “Campeão”, “Grandes Esperanças”, “Cordas Mágicas”, “O Morro Voraz”, “Mistérios da Vida”, “O Sétimo Veu” e “Um Dia Em Nova York” (LEAL, 2007, p.125-126).

como: Vladimir Carvalho, Linduarte Noronha, Wills Leal, Wilton Veloso, João Ramiro Melo e Geraldo Carvalho.

O sucesso de tal iniciativa, coincidiu com a fundação, em 1955, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que acabou por tornar-se uma peça fundamental em relação às discussões teóricas do cinema, visto que a Faculdade de Filosofia, se torna um importante núcleo aglutinador de vários membros do Cineclubes que integrava à mesma tanto na qualidade de discentes quanto de docentes. (MARINHO, 1998, p.30).

No mesmo ano, por medida do então governador do Estado José Américo de Almeida, foi fundado o Serviço de Cinema Educativo da Paraíba, dirigido pelo fotógrafo e cinegrafista João Córdula. Tal serviço, centrava suas atividades na manutenção de um acervo de filmes provenientes do antigo Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e na exibição dos mesmos em colégios e grupos operários, objetivando estabelecer a formação de novos pontos de exibição cinematográfica de cunho educacional. Os autores consultados atestam que havia diálogo com o movimento cineclubista através do empréstimo de filmes, projetores e outros equipamentos (MARINHO, 1998, p.30-47).<sup>4</sup>

A com a orientação confessional do Cineclubes João Pessoa, que tinha como diretriz a exibição de filmes de cunho “humanista”, veio a ocasionar as primeiras dissidências no grupo, responsáveis por uma proliferação de espaços destinados à leitura e discussão do audiovisual na capital paraibana. Desta forma, ainda em 1955, membros insatisfeitos fundaram Associação dos Críticos Cinematográficos da Paraíba (ACCP), que deteve ampla atuação nos periódicos paraibanos da época, como o jornal “A União”.

A partir da ACCP, passaram a surgir outros espaços, cuja maior atuação pode-se perceber, de acordo com a bibliografia utilizada nos cineclubes: “Vigilante Cura” (ligado ao seminário arquidiocesano), “Frederico Fellini” (oriundo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), “Linduarte Noronha” (que funcionava no auditório do Serviço de Cinema Educativo), “Aruanda” (fundado pela professora Leni Alves Ferreira) e o cineclubes “Charles Chaplin” do Lyceu Paraibano (LEAL, 2007, p.128-129).

---

<sup>4</sup> A bibliografia analisada para o presente trabalho não especifica a data para o término das atividades do Serviço de Cinema Educativo da Paraíba.

A influência de tais espaços ocasionou o esvaziamento e eventual encerramento das atividades do Cineclube João Pessoa<sup>5</sup>, como também foi responsável por influenciar a fundação de outros cineclubes no resto do estado, ao passo que, no início da década de 1960, haviam cerca de 20 cineclubes atuantes na Paraíba, espalhados pelas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Cajazeiras e Souza.

A constante efervescência em torno das discussões cinematográficas no interior dos cineclubes paraibanos alinha-se com as pretensões de toda uma geração de jovens envolvidos com o audiovisual e influenciados por um pensamento de esquerda que, saindo da formação cineclubista, galgaram a realização de um cinema que, influenciado por movimentos artísticos europeus, se opunha ao esquema industrial capitalista de produção hollywoodiano que era, até então, copiado pelas principais produtoras do Brasil. Tais esforços se organizavam em torno da afirmação de uma expressão nacional de cinema; um movimento que mais tarde viria a se chamar de Cinema Novo, como complementa Lara Amorin (2013, p. 16):

A efervescente movimentação dos cineclubes em João Pessoa e Campina Grande foi fundamental na formação de quadros para a produção que viria na década seguinte. De tanto se discutir e falar sobre cinema, surgiu, naturalmente, a necessidade de também realizar filmes, e neste sentido, a Universidade Federal da Paraíba, fundada em 1955, pelo então governador José Américo de Almeida, foi importantíssima tanto aglutinando discussões sobre possíveis produções, como dando subsídios para que elas se realizassem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise da bibliografia trabalhada, pudemos concluir que o movimento cineclubista foi um importante capítulo na história do cinema paraibano, do qual saíram críticos e realizadores de importância para um contexto de renovação do cinema nacional, iniciado a partir da segunda metade dos anos 1950.

Também se atesta a importância da arquidiocese da Paraíba para a formação de tal movimento, visto que, a tentativa de moralizar as práticas de exibição e expectativa cinematográficas, traduziu-se através de um projeto que teria o Cineclube João Pessoa como edificação máxima, sendo enfim responsável por iniciar um movimento que tinha por objetivo a criação de espaços destinados à circulação, discussão e crítica da do

---

<sup>5</sup> A data em que ocorreu a última reunião do Cineclube João Pessoa também não é especificada pela bibliografia trabalhada, sendo apenas relacionado o surgimento de novos espaços de discussão cinematográfica com o encerramento de suas atividades.

audiovisual. Locais estes que se mostraram fundamentais para o desenvolvimento de uma cultura cinematográfica, nas palavras de Constantino Sales (2015, p 02):

O cinema existe através dos olhos de seus espectadores, críticos e responsáveis pela sua realização; é a partir das ações em seu entorno que ele passa a ter uma existência concreta, reunindo uma gama de fazeres e saberes que permitem sua transformação ao longo do tempo. Ou seja, o cinema exige que, além de visto, dele se fale, escreva, discuta, que se crie discursos, publicações e polêmicas. É também um ritual íntimo e subjetivo que em alguns momentos da história se configurou com maior magnitude como intimidade partilhada por coletivos e instituições.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Cláudio Aguiar. **Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária: 1907/1937**. São Paulo: USP, Tese de Doutorado em História defendida em maio de 2002.

BASTOS, Adeilma Carneiro. **Paisagem Cinematográfica: O NUDOC e a Produção Cultural nas Décadas de 1980-1990**. João Pessoa: UFPB, Dissertação de Mestrado em História defendida em 2009.

BUTRUCE, Débora. Cineclubismo no Brasil: esboço de uma história. In: **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**. v. 16, n. 1 (jan/jun.2003). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

CHAVES, Geovano Moreira. O cinema além do filme: o projeto da Igreja Católica brasileira para a formação de educadores cinematográficos via Cineclube Belo Horizonte. In: **Revista de História e Estudos Sociais**. Ano 9, n. 2 (mai/jun/jul/ago.2012). Belo Horizonte, 2012.

COSTA, Flávia Cesarino. “O primeiro cinema”. In: MASCARELLO, Fernando (Org.) **História do Cinema Mundial**. Campinas. Papirus, 2012.

GUSMÃO, Milene Silveira. **O desenvolvimento do cinema: algumas considerações sobre o papel dos cineclubes para a formação cultural**. IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação, UFBA, Salvador, BA. 28 a 30 de maio 2008.

LEAL, Wills. **Cinema na Paraíba/ Cinema da Paraíba**. Livro - álbum em dois volumes, João Pessoa, 2007.

LEITE, Sidney Ferreira. **Cinema Brasileiro: Das origens à retomada**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. (Coleção História do Povo Brasileiro).

LOGGER, Guido. **Organização, Dificuldades e Critérios na Censura do CIC.** Revista de Cultura Cinematográfica, v.III, n.13 (ago./set 1959).

MARINHO, José. **Dos homens e das pedras: O ciclo do cinema documentário paraibano (1959-1979).** Niterói, edUFF, 1998.

SANTOS, Alex. **Cinema e Revisionismo.** João Pessoa, SEC/PB, 1982.

SALES, Priscila Constantino. **O movimento cineclubista brasileiro e suas modulações na recepção historiográfica.** XXVIII Simpósio Nacional de História, UFSC, Florianópolis, SC. 27 a 31 de julho de 2015.

SIMÕES, Inimá. **Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil.** São Paulo: SENAC, 1999.

SOUSA JR, José Pereira de. **O Jornal “A Imprensa Católica” e seus escritos de combate a maçonaria e o espiritismo na primeira república paraibana (1890-1930).** XXVIII Simpósio Nacional de História, UFSC, Florianópolis, SC. 27 a 31 de julho de 2015.